

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliarem **conhecimentos de informática** e(ou) **tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

## -- PROVAS OBJETIVAS --

### -- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

#### Texto CB1A1

A regulamentação do direito quilombola — reconhecido no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988 (CF) — passou anos sem qualquer instrumento legal de abrangência nacional que guiasse sua efetivação. Em 2001, o Decreto n.º 3.912 delimitou o período entre 1888 até 5 de outubro de 1988 para a caracterização das comunidades “remanescentes de quilombos”, utilizando uma noção de quilombo vinculada à definição colonial da Convenção Ultramarina de 1740. Tal decreto foi revogado pelo de n.º 4.887/2003, que, por sua vez, aboliu a exigência de permanência no território e, com base no critério de autodefinição previsto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) para povos indígenas e tribais, definiu a categoria “remanescentes de quilombos” como “grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (Decreto n.º 4.887/2003, art. 2.º). O decreto também estabeleceu a necessidade de desapropriação das áreas reivindicadas por particulares, bem como a titulação coletiva das terras dos quilombos, e impediu a alienação das propriedades tituladas.

A previsão de autodefinição é de suma relevância porquanto parte do pressuposto de que não cabe ao poder público, nem a nenhum pesquisador, imputar identidades sociais. Esse princípio vai de par com o Decreto Federal n.º 6.040/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, definindo-os como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Com base nos sentidos veiculados no texto CB1A1, julgue os seguintes itens.

- 1 Conforme exposto no texto, compete ao Estado fixar critérios rígidos que definam o pertencimento de uma pessoa a grupos étnico-raciais.
- 2 Depreende-se da leitura do texto que seus autores apoiam a adoção da autodefinição como critério de caracterização dos povos e comunidades tradicionais.
- 3 Entende-se da leitura do texto que o Decreto n.º 4.887/2003 revogou o Decreto n.º 3.912/2001 com o intuito de atualizar a definição de “remanescentes de quilombos”.
- 4 Da leitura do texto conclui-se que o Decreto n.º 6.040/2007 trata de comunidades que mantêm inalteradas suas tradições socioculturais.
- 5 Pelos argumentos apresentados no texto, entende-se que o requisito de “permanência no território” para a caracterização das comunidades “remanescentes de quilombos” fere o pressuposto que respalda a adoção do critério de autodefinição dessas comunidades.

Considerando os mecanismos de coesão e coerência textuais e as relações de sentido estabelecidas no texto CB1A1, julgue os próximos itens.

- 6 No primeiro período do primeiro parágrafo, o vocábulo “sua” está empregado em referência a “A regulamentação do direito quilombola”.
- 7 No último período do último parágrafo, o vocábulo “que” em “que ocupam e usam territórios e recursos naturais” retoma “formas próprias de organização social”.
- 8 A coerência e a correção gramatical do texto seriam mantidas caso o segundo parágrafo fosse assim iniciado: **No entanto, a previsão (...)**.
- 9 Estariam mantidos os sentidos e a coerência do texto caso se substituísse, no primeiro período do segundo parágrafo, “porquanto” por **logo**.
- 10 No segundo período do segundo parágrafo, a expressão “Esse princípio” faz referência ao pressuposto anteriormente citado, o qual, conforme se depreende da leitura do texto, constitui o fundamento da “previsão de autodefinição”, mencionada no início do parágrafo.

Acerca de aspectos linguísticos do texto CB1A1, julgue os itens que se seguem.

- 11 Estaria preservada a correção gramatical do texto caso os travessões empregados no primeiro período do primeiro parágrafo fossem substituídos por vírgulas.
- 12 No último período do primeiro parágrafo, a substituição de “a titulação” por **da titulação** não prejudicaria a correção gramatical do texto, mas alteraria as relações sintáticas nele estabelecidas.
- 13 No trecho “com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (terceiro período do primeiro parágrafo), o emprego da preposição “com” em sua segunda ocorrência justifica-se pelo necessário estabelecimento do paralelismo sintático entre as expressões introduzidas pela referida preposição.
- 14 Não haveria prejuízo da coesão e da coerência textual caso o trecho “sem qualquer instrumento legal de abrangência nacional que guiasse sua efetivação” (primeiro período do texto) fosse assim reescrito: **sem que qualquer instrumento legal de abrangência nacional guiasse sua efetivação**.
- 15 Estariam mantidos os sentidos e a correção do segundo período do último parágrafo do texto caso o segmento “vai de par com” fosse substituído por **segue par à par com**.

Considerando as regras estabelecidas na Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), julgue os itens a seguir.

- 16 O valor da multa aplicada com fundamento na Lei Anticorrupção será obrigatoriamente destinado ao ente lesado.
- 17 A existência, no âmbito da pessoa jurídica, de mecanismos internos de integridade é considerada na aplicação de eventual sanção.
- 18 A celebração do acordo de leniência importa a suspensão do prazo prescricional dos atos ilícitos previstos na Lei Anticorrupção.

Com base na Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa), julgue os itens seguintes.

- 19 A Lei de Improbidade Administrativa busca tutelar o patrimônio dos Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.
- 20 Constitui ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito a celebração de parcerias entre entes da administração pública sem a observância das formalidades legais.
- 21 Cometerá ato de improbidade administrativa o servidor público que exercer atividade de consultoria para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido pelo desempenho da regular função pública.

Acerca do regime jurídico dos servidores do Ministério Público (MP), julgue os itens subsequentes à luz da Lei Complementar n.º 75/1993.

- 22 Para exercer o controle externo da atividade policial, o Ministério Público da União pode ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais, bem como ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade fim policial.
- 23 A autonomia funcional, administrativa e financeira do MP confere-lhe a possibilidade de praticar atos próprios de gestão, podendo ele propor ao Poder Legislativo a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares.
- 24 O Centro de Apoio Operacional é órgão de execução do MP que tem como atribuição disciplinar os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo para atender às necessidades da administração.

De acordo com a Resolução n.º 92/2013, que dispõe sobre o Regimento Interno do CNMP, julgue os itens que se seguem.

- 25 No âmbito do CNMP, as partes e os demais interessados serão intimados dos atos processuais por meio de publicação no Diário Eletrônico desse conselho, podendo o relator determinar, entre outras possibilidades, que a intimação ocorra por carta registrada, com aviso de recebimento, ou pessoalmente, por servidor designado.
- 26 No CNMP, incumbe ao secretário-geral reconhecer as situações de dispensa e inexigibilidade de licitação.
- 27 Órgão de comunicação direta e simplificada entre o CNMP e a sociedade, a Corregedoria Nacional do Ministério Público tem como objetivo principal o aperfeiçoamento e o esclarecimento, aos cidadãos, das atividades desenvolvidas por aquele conselho e pelo MP.

Julgue os itens a seguir, a respeito do orçamento público, do ciclo orçamentário e dos princípios orçamentários.

- 28 Na avaliação da regularidade das contas públicas, as contas de gestão (contas de ordenação de despesas) prestadas ou tomadas dos administradores de recursos públicos são julgadas pelo tribunal de contas, o qual, após examinar a legalidade, a legitimidade e a economicidade de cada ato administrativo, exara acórdão, que terá eficácia de título executivo se exigir reparação de dano patrimonial ou estabelecer sanção mediante a aplicação de multa.
- 29 As contas de governo, seja de desempenho, seja de resultados, têm julgamento político.
- 30 O ciclo orçamentário corresponde ao interregno de tempo em que se processam as atividades típicas (fases) do orçamento público, as quais consistem em aprovação legislativa, execução, prestação e julgamento das contas.
- 31 No orçamento da União, a estimativa total de imposto de renda deve ser registrada como receita e a respectiva parte destinada aos municípios deve ser registrada como despesa.
- 32 O patrimônio público pertence à coletividade, logo o uso da receita derivada prescinde de lei instituída, não se admitindo despesa pública sem a devida autorização orçamentária.

Acerca do sistema operacional Windows 10, julgue os itens subsequentes.

- 33 No Windows 10, o usuário pode usar o recurso *Visão de Tarefas* para organizar as janelas abertas.
- 34 É possível criar novas áreas de trabalho no Windows 10 por meio do acionamento das teclas ALT + TAB e, no ambiente disponibilizado, clicando na opção *Nova área de trabalho*.

Em relação à edição de textos no MS Word e de planilhas no MS Excel, julgue os itens a seguir.

- 35 A função `CONT.VALORES()` do MS Excel é utilizada para calcular a quantidade total de células em um intervalo selecionado da planilha em edição.
- 36 No MS Word, a opção *Pincel de Formatação*, ativada pelas teclas CTRL + SHIFT + C, permite copiar a formatação de um trecho de texto previamente selecionado e aplicá-la em outro trecho do documento em edição.

No que diz respeito à organização e gerenciamento de arquivos e pastas e ao armazenamento de dados em nuvem, julgue os itens seguintes.

- 37** O Windows 10 permite criar uma pasta com o nome `CNMP:Serviços` e, para isso, basta abrir o Explorador de Arquivos, acionar as teclas `CTRL + SHIFT + N`, digitar `CNMP:Serviços` e teclar `ENTER`.
- 38** O Explorador de Arquivos do Windows 10 permite que se compacte e descompacte arquivos com extensão `.zip`.
- 39** Uma das características do armazenamento em nuvem é a elasticidade, ou seja, o usuário pode aumentar e diminuir a escala verticalmente, conforme a demanda, e pagar apenas pelo que usa.
- 40** Sistemas de armazenamento em nuvem permitem que usuários façam *backup* de arquivos gerais de maneira *online*.

Com relação às disposições constitucionais inerentes ao CNMP, julgue os itens seguintes.

- 41** O corregedor nacional do Ministério Público poderá designar e delegar atribuições a membros do Ministério Público da União, sendo vedada a requisição de servidores efetivos do Ministério Público dos Estados.
- 42** A competência do CNMP de receber e conhecer das reclamações e de aplicar sanções administrativas se refere apenas aos membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos estados, não incluindo os servidores que executarem os serviços auxiliares dessas instituições.

À luz da vigente Constituição Federal (CF), julgue os itens a seguir, a respeito dos direitos políticos, dos partidos políticos e do Poder Judiciário.

- 43** A cassação dos direitos políticos é expressamente vedada pela CF e as hipóteses de perda ou suspensão desses direitos estão previstas no texto constitucional, não sendo possível que legislação infraconstitucional amplie esse rol dentro do texto constitucional.
- 44** Caso o Congresso Nacional aprove e o presidente da República sancione lei que, após ser publicada, tenha a sua constitucionalidade questionada no curso de processo que tramite no TRF da 1.<sup>a</sup> Região, esse tribunal não poderá declarar a inconstitucionalidade da citada lei, sob pena de usurpação da competência do STF.
- 45** Os partidos políticos possuem autonomia para definir sua estrutura e estabelecer as regras sobre sua organização e seu funcionamento, mas não é permitida a previsão, em seus estatutos, de recebimento de recursos financeiros de entidades ou governos estrangeiros.

Caio, cidadão brasileiro, protocolou requerimento administrativo em uma autarquia federal, a fim de obter acesso a determinada informação de cunho pessoal. João, servidor público dessa autarquia, por ter amizade íntima com o requerente, atuou como seu intermediário junto à repartição pública.

Em relação a essa situação hipotética e aspectos de direito administrativo a ela relacionados, julgue os itens que se seguem.

- 46** A conduta de João na situação apresentada viola o princípio administrativo da impessoalidade.
- 47** Autarquia é entidade da administração pública indireta dotada de personalidade jurídica de direito privado e de patrimônio próprio, sendo sua criação autorizada por lei.
- 48** As disposições da Lei de Acesso à Informação não se aplicam às autarquias, uma vez que elas integram a administração pública indireta.
- 49** A conduta de João consiste em infração disciplinar para a qual é prevista a penalidade administrativa de advertência.
- 50** Conforme a Lei n.º 9.784/1999, que rege o processo administrativo, a amizade íntima entre Caio e João é circunstância que motiva arguição de impedimento de João para atuar no processo administrativo.

**Espaço livre**

**-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --**

Acerca dos princípios e conceitos arquivísticos, julgue os itens que se seguem.

- 51** As novas tecnologias da informação permitem preservar o conhecimento do contexto de criação dos documentos de arquivo de maneira diferente daquela que se fazia no ambiente analógico.
- 52** No mundo digital, o fundo não é mais a única base correta para a organização dos documentos.
- 53** O modelo do *records continuum* preserva a ideia do ciclo de vida dos documentos de arquivo.
- 54** Quando aplicado o princípio da pertinência, a organização dos documentos de arquivo é feita por tema ou assunto.
- 55** Auxiliar o usuário a recordar ou descobrir o que aconteceu no passado é uma função dos arquivos que tem sido abandonada no ambiente digital.

Julgue os seguintes itens, relativos às políticas públicas de arquivo e à legislação arquivística. Nesse sentido, considere que as siglas CONARQ e SINAR, sempre que empregadas, se referem, respectivamente, ao Conselho Nacional de Arquivos e ao Sistema Nacional de Arquivos.

- 56** Entre os conselheiros do CONARQ, deve figurar um representante do Ministério Público Federal.
- 57** Uma das competências do CONARQ consiste em estimular programas de gestão e de preservação de documentos públicos no âmbito federal, estadual, distrital e municipal.
- 58** O SINAR é restrito aos Poderes Executivos federal, estaduais e municipais; os demais Poderes devem constituir sistemas próprios.
- 59** Os integrantes do SINAR devem garantir a guarda e o acesso aos documentos de valor permanente.
- 60** Os brasileiros têm direito de obter informações relativas à administração do patrimônio público, à utilização de recursos públicos e a licitações e contratos administrativos.
- 61** O Decreto n.º 10.278/2020 — Decreto da Digitalização tornou sem efeito o artigo da Lei n.º 8.159/1991 — Lei dos Arquivos que impedia a destruição de documentos de valor permanente.

No que se refere às normas nacionais e internacionais de arquivo, julgue os próximos itens. Nesse sentido, considere que as siglas NOBRADE e ISAAR-CPF, sempre que empregadas, se referem, respectivamente, à Norma Brasileira de Descrição Arquivística e à Norma Internacional de Registro de Autoridade Arquivística para Entidades Coletivas, Pessoas e Famílias.

- 62** Um dos pressupostos básicos da NOBRADE é a reformatação dos suportes.
- 63** Entre os seis níveis de descrição considerados na NOBRADE, o nível zero é aquele que diz respeito ao acervo da entidade custodiadora.
- 64** O registro de autoridade é a forma autorizada do nome combinado com outros elementos de informação que identificam e descrevem a entidade nomeada e podem remeter a outros registros de autoridade relacionados.
- 65** Para permitir um melhor alcance da descrição arquivística, a NOBRADE sugere a repetição de informação sempre que possível.
- 66** A ISAAR-CPF trata da descrição de produtores de arquivos.
- 67** A história é um dos elementos da área de identificação da ISAAR-CPF.

A respeito de sistemas e redes de arquivo e da gestão de documentos, julgue os seguintes itens.

- 68** O sistema de arquivo é um conceito utilizado no âmbito dos documentos tradicionais, enquanto o conceito de rede de arquivos é usado estritamente em ambiente digital.
- 69** A produção e a manutenção de programas de documentos vitais ocorrem na fase de utilização e conservação de documentos.
- 70** A gestão de documentos deve abranger o momento da criação dos documentos.
- 71** O ciclo de vida dos documentos é utilizado como base teórica para os procedimentos relacionados à gestão de documentos, por isso os documentos devem passar por todas as fases arquivísticas, quais sejam: corrente, intermediária e permanente.

Com relação ao diagnóstico da situação arquivística e ao protocolo, julgue os itens que se seguem.

- 72** O diagnóstico da situação arquivística do tipo maximalista reúne dados para a elaboração da tabela de temporalidade.
- 73** A quantificação de *slides* deve ser feita por unidade.
- 74** A tramitação de um documento é o seu curso, desde a sua produção ou recepção até o cumprimento de sua função administrativa.
- 75** A correspondência pessoal que chegar ao protocolo deverá ser registrada e, logo em seguida, encaminhada ao destinatário.

Acerca das funções arquivísticas, julgue os itens a seguir.

- 76** A função aquisição, mais evidente nos arquivos correntes, contempla a doação de documentos.
- 77** A designação dos critérios de seleção de amostragem para séries documentais a serem eliminadas é tarefa desenvolvida na função avaliação.
- 78** No Brasil, a descrição utiliza como modelo a Norma Brasileira de Descrição Arquivística (NOBRADE), cujas normas são aplicáveis às fases corrente, intermediária e permanente.
- 79** A padronização dos documentos é objeto da função criação.
- 80** A reprodução de documentos é uma forma de difusão dos arquivos.

A respeito da análise tipológica de documentos de arquivo, julgue os itens subsequentes.

- 81** A tipologia documental é uma metodologia aplicável às funções de classificação e de avaliação.
- 82** A análise tipológica concentra-se na verificação dos elementos internos de um documento e caracteriza as espécies documentais.
- 83** Os estudos tipológicos podem ser elaborados tendo dois caminhos como ponto de partida, a arquivística e a diplomática.
- 84** No processo de classificação, devem-se utilizar as tipologias como divisões internas dos fundos.
- 85** No que se refere à classificação, a análise tipológica é um procedimento secundário.

Considerando as políticas de acesso aos documentos de arquivo, julgue os seguintes itens.

- 86** Documentos classificados com qualquer grau de sigilo devem ser expedidos ou tramitados, após acondicionamento em envelope duplo, com indicação do teor do documento no envelope externo.
- 87** O acesso do cidadão à informação de documento classificado como parcialmente sigiloso é proibido, ainda que o interessado tenha solicitado acesso a dados que componham parte não sigilosa.
- 88** O acesso aos processos eletrônicos pode ser concedido por disponibilização de sistema informatizado de gestão.
- 89** Caso um documento permanente seja desclassificado, independentemente do grau de sigilo perdido, deverá ser encaminhado ao arquivo permanente para fins de preservação e acesso.
- 90** Se o acesso à informação contida em documento for negado, o solicitante deverá ser informado sobre o teor da decisão de negativa de acesso.

Acerca dos sistemas informatizados de gestão arquivística de documentos, julgue os itens a seguir.

- 91** Documentos apresentados por usuários de serviços públicos ofertados por meios digitais são presumivelmente autênticos, desde que o envio seja assinado eletronicamente.
- 92** Para que a assinatura eletrônica de documentos digitais tenha validade, é necessário que os parâmetros de integridade sejam adequados ao nível de criticidade da informação.
- 93** Os dados de documentos digitais gerados a partir de um *software* ou sistema específico são armazenados em diversos arquivos.
- 94** Documentos digitais possuem armazenamento físico.
- 95** A cópia periódica garante a legibilidade da informação contida em documentos eletrônicos ao longo do tempo.

No que se refere à microfilmagem de documentos de arquivo, julgue os itens seguintes.

- 96** A segurança contra furtos é uma das vantagens provenientes da utilização de microfilmagem.
- 97** A microfilmagem de documentos é uma prática que se insere na destinação, guiada pela função arquivística avaliação de documentos.
- 98** Um programa de reprodução de documentos com uso da microfilmagem deve prever o acesso e a difusão das imagens para o usuário; do contrário, a execução do programa será falha.
- 99** Na microfilmagem de documentos oficiais, é permitido o uso de filmes atualizáveis para a extração de cópias.
- 100** Documentos fragilizados, com páginas acidificadas, não passam pelo processo de microfilmagem e devem ser armazenados e disponibilizados para consulta sem mudança de suporte.

De acordo com as disposições constitucionais e com o entendimento do STF acerca da organização político-administrativa do Estado, do Poder Legislativo e das atribuições do presidente da República, julgue os próximos itens.

- 101** A Constituição Federal de 1988 (CF) assegura expressamente a autonomia dos entes federativos da República Federativa do Brasil, cuja organização político-administrativa se circunscreve aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios.
- 102** O texto constitucional confere ao presidente da República a prerrogativa de delegar algumas de suas competências privativas ao procurador-geral da República, que, observando os limites traçados na respectiva delegação, poderá conceder indultos e comutar penas.
- 103** As comissões parlamentares de inquérito possuem permissão para encaminhar suas conclusões, inclusive documentos que possibilitem a instauração de inquérito policial em face de pessoas envolvidas nos fatos apurados, a quaisquer órgãos públicos.
- 104** A vedação constitucional de reedição, na mesma sessão legislativa, de medida provisória que tenha sido rejeitada pelo Congresso Nacional ou que tenha perdido sua eficácia por decurso de prazo não se estende à hipótese em que o presidente da República, por iniciativa própria, decida revogar a medida anteriormente editada.

De acordo com as disposições constitucionais acerca do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), julgue os itens a seguir.

- 105** O CNMP compõe-se de quatorze membros nomeados pelo presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um desses membros indicado pela Câmara dos Deputados, ficando dispensada, para este, a aprovação pelo Senado.
- 106** O corregedor nacional do Ministério Público é escolhido, em votação secreta, entre os membros do Ministério Público que integram o CNMP, sendo vedada a recondução.
- 107** Se um membro do Ministério Público da União (MPU) cometer infração funcional e contra ele for aberto processo administrativo disciplinar, o CNMP não poderá avocar o processo em curso, sob pena de violar a competência disciplinar e correccional do MPU.

Julgue os itens que se seguem, relativos à aplicabilidade das normas constitucionais, aos direitos e garantias fundamentais e às competências legislativas dos entes da Federação.

- 108** As normas constitucionais de eficácia plena são assim classificadas porque não é necessário que produzam todos os seus efeitos essenciais de forma direta, imediata e integral, bastando terem a possibilidade de produzi-los.
- 109** As normas constitucionais de eficácia contida subdividem-se em dois grupos: normas programáticas e normas de legislação.
- 110** A proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais, é um direito fundamental previsto expressamente na CF e, para sua concretização, foi conferida à União, aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar concorrentemente sobre a matéria.

Acerca das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação dispostas na Lei de Licitações e Contratos Administrativos, julgue os itens a seguir.

- 111** É possível a combinação entre as hipóteses previstas na lei em apreço para a efetivação da contratação por dispensa de licitação.
- 112** Diante de uma hipótese prevista na lei em questão para dispensa de licitação, mas havendo possibilidade de competição entre potenciais fornecedores, a administração pública estará obrigada a realizar o procedimento licitatório.
- 113** A contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada e(ou) pela opinião pública, pode ocorrer por inexigibilidade de licitação.

Julgue os itens que se seguem, pertinentes aos procedimentos auxiliares das licitações e contratações dispostos na Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

- 114** No procedimento de credenciamento, a administração deverá divulgar e manter à disposição do público, em sítio eletrônico oficial, o edital de chamamento, de modo a permitir o cadastramento anual de novos interessados.
- 115** No sistema de registro de preços, o edital deverá dispor acerca da possibilidade de prever preços diferenciados para quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes.
- 116** O procedimento de pré-qualificação se destina à seleção prévia de licitantes para participar de futuro processo licitatório ou de bens que atendam às exigências técnicas ou de qualidade estabelecidas pela administração.

No tocante aos dados pessoais sensíveis e ao seu tratamento, julgue os itens seguintes com base na Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) — Lei n.º 13.709/2018.

- 117** Na hipótese de cumprimento de obrigação legal ou regulatória pelo controlador, o tratamento de dados pessoais sensíveis pode ocorrer independentemente de consentimento legal do seu titular.
- 118** A LGPD considera o número do CPF da pessoa natural um dado pessoal sensível.

Julgue os itens subsequentes, relativos ao processo administrativo.

- 119** Diante do indeferimento da alegação de suspeição de autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados no processo administrativo, cabe recurso com efeito suspensivo.
- 120** O processo administrativo pode ser instaurado de ofício ou a pedido do interessado.

**Espaço livre**